

## **A RELIGIÃO COMO PILAR DA NAÇÃO: A IGREJA CATÓLICA E A SUA RELAÇÃO COM O ESTADO NOVO E O FRANQUISMO**

*Josué Duarte (UTAD)*

*Gonçalo Fernandes (UTAD / CEL)*

### **ABSTRACT**

This article analyzes the role of the Catholic Church in the authoritarian regimes of Estado Novo in Portugal and Franquismo in Spain. The Church, an institution with strong social and moral influence, was instrumentalized by the regimes to legitimize their power and build a national identity based on traditional and Christian values. However, the relationship between the Church and the State was complex and ambivalent, characterized by collaboration and resistance. The comparative analysis of the Portuguese and Spanish cases reveals the historical and cultural specificities of Portugal and Spain, as well as the power dynamics and tensions between the Church and the State. The study demonstrates the importance of considering the different forms of interaction and the complexities of each national context for a better understanding of the role of the Catholic Church in contemporary history and the power dynamics in authoritarian regimes.

Keywords: Francoism; Salazarism; Dictatorship; Ideology; Religion.

### **RESUMO**

Este artigo analisa o papel da Igreja Católica nos regimes autoritários do Estado Novo em Portugal e do Franquismo em Espanha. A igreja, instituição de forte influência social e moral, foi instrumentalizada pelos regimes para legitimar o seu poder e construir uma identidade nacional baseada em valores tradicionais e cristãos. No entanto, a relação entre a Igreja e o Estado foi complexa e ambivalente, caracterizada por colaborações e resistência. A análise comparativa do caso Português e Espanhol revela as especificidades históricas e culturais de Portugal e Espanha, bem como as dinâmicas de poder e as tensões entre Igreja e o Estado. O estudo demonstra a importância de considerar as diferentes formas de interação e as complexidades de cada contexto nacional para uma melhor compreensão do papel da Igreja Católica na história contemporânea e das dinâmicas de poder em regimes autoritários.

Palavras-Chave: Franquismo; Salazarismo; Ditadura; Ideologia; Religião.

Recebido em 20 de maio de 2025

Aceite em 26 de julho de 2025

DOI: [10.58155/revistadeletras.v3i1](https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v3i1)

## **Introdução**

Os regimes autoritários do século XX, marcados pela repressão e pelo controlo da vida social e política, encontraram na religião um poderoso instrumento de legitimação e mobilização. A Igreja Católica, com a sua influência e penetração na sociedade, desempenhou um papel crucial nestes regimes, atuando como pilar da nação e garantia da ordem moral e social. Em Portugal e Espanha, o Estado Novo e o Franquismo, respetivamente, souberam aproveitar o peso da Igreja para consolidar o seu poder e construir uma identidade nacional baseada nos valores tradicionais e cristãos.

A relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo em Portugal, e entre a Igreja Católica e o Franquismo em Espanha, foi complexa e multifacetada, caracterizada por períodos de colaboração, mas também de tensão e resistência. A Igreja, enquanto instituição com forte influência social e moral, desempenhou um papel fundamental na legitimação dos regimes e na construção da identidade nacional. No entanto, nem sempre se alinhou completamente com os interesses do Estado, havendo vozes e movimentos dentro da Igreja que se opuseram à repressão e às violações dos direitos humanos.

Este artigo analisa o papel da Igreja Católica na legitimação do regime do Estado Novo e do Franquismo, procurando compreender as estratégias de colaboração e resistência da Igreja face a estes regimes. A análise incide sobre a forma como a Igreja foi representada e instrumentalizada pelos regimes, bem como sobre as diferentes formas de interação entre a Igreja e o Estado. Através de uma abordagem comparativa, o estudo pretende identificar semelhanças e diferenças entre os casos português e espanhol, considerando as especificidades históricas e culturais de cada país.

Neste contexto, colocam-se as seguintes questões: Como a Igreja Católica se posicionou face aos regimes ditatoriais em Portugal e Espanha? Quais as estratégias de colaboração e/ou resistência utilizadas pela Igreja em cada contexto? De que forma a relação entre a Igreja e o Estado influenciou as dinâmicas de expansão, contacto e interculturalidade nestes países?

Para responder a estas questões, o estudo tem como objetivos: Analisar o papel da Igreja Católica na legitimação e consolidação dos regimes ditatoriais em Portugal e Espanha; Identificar as diferentes formas de colaboração e resistência da Igreja face aos regimes; Comparar as estratégias e o posicionamento da Igreja em cada contexto nacional, considerando as

especificidades históricas e culturais; Examinar como a relação entre a Igreja e o Estado influenciou as políticas de expansão e as relações com as colónias; Discutir o impacto da Igreja na promoção ou repressão da diversidade cultural e religiosa em Portugal e Espanha.

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, combinando elementos de análise de conteúdo e pesquisa bibliográfica nomeadamente identificação e interpretação de elementos textuais presentes nas fontes primárias.

Partindo de uma análise comparativa, este artigo avança com a hipótese de que a relação da Igreja com ambos os regimes foi marcada por uma profunda ambivalência, se por um lado, a instituição funcionou como um pilar de legitimação crucial para a consolidação do poder autoritário, por outro, foi também no seu seio que germinaram focos de resistência e crítica que, com o tempo, contribuíram para o desgaste e o fim das ditaduras.

## **1. A Construção dos Estados Nacionais e a Ascensão dos Regimes Autoritários em Portugal e Espanha**

### **1.1 A Ascensão do Estado Novo**

A criação do Estado Novo em Portugal, em 1933, marcou o início de um longo período de autoritarismo político que se estendeu por mais de quatro décadas. Liderado por António de Oliveira Salazar, o Estado Novo caracterizou-se pela repressão política, pela censura e pelo controlo da vida social e económica (Meneses 2011). A construção do Estado Novo foi um processo complexo, influenciado por fatores internos e externos, que culminou na instauração de um regime ditatorial que moldou a história de Portugal ao longo do século XX (Rosas 2019).

Portugal, nas primeiras décadas do século XX, atravessou um período de instabilidade política e social, que coincidiu com o final do regime monárquico e início da Primeira República (1910-1926), foi marcada por sucessivas crises governamentais, greves, revoltas e golpes militares (Marques 1998). A fragilidade do regime democrático, a crise económica e o crescimento dos movimentos nacionalistas e autoritários criaram o terreno fértil para o surgimento de um novo regime.

A instabilidade política e social, com a crise da Primeira República e a incapacidade dos partidos políticos em resolver os problemas do país, criaram um clima de descontentamento e anseio por ordem e estabilidade.

O golpe militar de 28 de maio de 1926 pôs fim à Primeira República e instalou uma ditadura militar, que preparou o caminho para a ascensão de Salazar. Em 1928, Salazar foi nomeado Ministro das Finanças, e iniciou um programa de reformas económicas que lhe granjeou prestígio e popularidade. A Constituição de 1933 estabeleceu as bases do Estado Novo, um regime autoritário com um partido único, a União Nacional, e um forte controlo sobre a sociedade.

A Igreja Católica desempenhou um papel importante na legitimação do Estado Novo. O regime salazarista apresentava-se como defensor dos valores cristãos e da ordem social, e a Igreja via nele um aliado na luta contra o comunismo e a “anarquia”. A Concordata de 1940 consagrou a influência da Igreja em áreas como a educação e a cultura, e reforçou a aliança entre o Estado e a Igreja.

## **1.2 A Ascensão do Franquismo**

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi um conflito devastador que marcou profundamente a história de Espanha. A vitória das forças nacionalistas, lideradas pelo general Francisco Franco, resultou na instauração de uma ditadura que se estendeu por quase quatro décadas. O Franquismo, como ficou conhecido o regime, caracterizou-se pela repressão política, pela censura e pelo controlo da vida social e económica. A Igreja Católica desempenhou um papel central na legitimação do regime e na construção de uma identidade nacional baseada nos valores tradicionais e católicos.

A Espanha da década de 1930 vivia um período de intensa polarização política e social. A Segunda República (1931-1939) implementou reformas que visavam modernizar o país e promover a justiça social, mas enfrentou forte oposição dos setores conservadores, da Igreja Católica e dos militares. O crescimento dos movimentos fascistas e comunistas contribuiu para o clima de violência e instabilidade.

A polarização política e social, com a divisão da sociedade espanhola entre esquerda e direita, e a incapacidade dos partidos políticos em chegar a acordos, criaram um clima de confrontação e violência. A crise económica mundial de 1929 afetou gravemente a Espanha, aumentando o desemprego e a pobreza. O crescimento dos movimentos fascistas na Europa, como o fascismo italiano e o nazismo alemão, inspirou os líderes do golpe militar e influenciou a ideologia do Franquismo (Payne 1987).

O golpe militar de 1936, liderado pelo general Francisco Franco,

deu início à Guerra Civil Espanhola. A Igreja Católica apoiou ativamente o golpe militar e o Franquismo, vendo neles a salvação da Espanha do “perigo comunista” (Casanova 2001). A vitória das forças nacionalistas na Guerra Civil, em 1939, consolidou o poder de Franco e instaurou o regime franquista.

A Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na legitimação do Franquismo. O regime franquista construiu uma identidade nacional fortemente alicerçada nos valores católicos (Suñer 2017) e a Igreja beneficiou de privilégios e influência política. O nacional-catolicismo tornou-se a ideologia oficial do regime e a Igreja desempenhou um papel ativo na propaganda e na repressão.

Em suma, a ascensão do Franquismo em Espanha foi o resultado de um processo violento e traumático, marcado pela Guerra Civil e pela polarização política e social, tendo a Igreja Católica desempenhado um papel central na legitimação do regime, conseguindo se beneficiar da sua aliança com o Franquismo (Tusell 1999).

## **2. Igreja, Estado e Ditaduras: os casos de Portugal e Espanha**

### **2.1. A Igreja Católica e o Estado: Relações Históricas**

A relação entre a Igreja Católica e o Estado tem sido uma constante ao longo da história, marcada por períodos de colaboração, mas também de conflito e tensão. Desde a Idade Média, a Igreja e o Estado têm disputado o poder e a influência na sociedade, num jogo complexo de interesses e negociações. Contudo, o cenário foi drasticamente alterado nos séculos XIX e XX. O legado do iluminismo e da Revolução Francesa semeou ideais seculares e anticlericais que desafiaram frontalmente a autoridade tradicional da Igreja. A este abalo somaram-se as profundas transformações sociais e económicas da Segunda Revolução Industrial, o surgimento de novas correntes ideológicas como o liberalismo e o nacionalismo, e as primeiras experiências republicanas que redefiniram a natureza e os objetivos do poder estatal. Foi neste contexto de reconfiguração política e social que emergiram os modernos Estados-nação. A relação entre a Igreja e o Estado assumiu, então, novas formas, frequentemente marcadas pela instrumentalização da religião por parte de regimes que procuravam uma fonte de legitimação popular e moral para se consolidarem.

François Houtart (2006), no seu livro *Sociologia da Religião*, analisa

a Igreja como uma instituição social com interesses e estratégias próprias, que interage com o Estado e outros atores sociais num campo de forças. O autor defende que a Igreja não é um ator monolítico, mas sim um conjunto diverso de grupos e movimentos com diferentes perspetivas e interesses. A perspetiva de Houtart sobre a Igreja como uma instituição social complexa e heterogénea, com interesses e estratégias próprias, oferece uma lente valiosa para analisar a relação entre a Igreja Católica e os regimes autoritários em Portugal e Espanha.

Manuel Cruz (1998) analisa a relação entre a Igreja e o Estado Novo em Portugal, destacando a “aliança estratégica” entre ambos, mas também as tensões e negociações que marcaram essa relação. O autor argumenta que a Igreja beneficiou desta aliança ao obter privilégios e influência em áreas como a educação e a cultura, mas também teve de lidar com as pressões do regime para se conformar à ideologia do Estado Novo. Rafael Pérez (1986), por sua vez, examina a relação entre a Igreja e o Franquismo em Espanha, argumentando que a Igreja desempenhou um papel ainda mais central na legitimação do regime franquista. O autor destaca a profunda imbricação entre a Igreja e o regime, que se baseava numa ideologia nacional-católica que excluía as minorias religiosas e políticas.

## **2.2 A Igreja Católica e o Estado Novo em Portugal**

O Estado Novo, regime autoritário liderado por António de Oliveira Salazar (1933-1968) e posteriormente por Marcello Caetano (1968-1974), caracterizou-se por uma forte ligação à Igreja Católica. Essa relação, embora por vezes marcada por tensões e negociações, foi crucial para a legitimação do regime e para a construção de uma identidade nacional baseada nos valores tradicionais e cristãos.

Simpson (2014), no seu livro *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, analisa a relação simbiótica entre a Igreja e o regime, argumentando que ambos beneficiaram mutuamente da sua parceria. A concordata de 1940 concedeu à igreja privilégios significativos, nomeadamente em matéria de educação e cultura, fortalecendo o seu papel na sociedade portuguesa. Esses privilégios serviram como um meio de reparação pela apropriação, por parte do Estado em 1911, de terras e edifícios pertencentes à Igreja Católica. Assim, a concordata representou uma forma de compensação do Estado para com a Igreja Católica. Em contrapartida, a Igreja forneceu apoio moral ao regime, legitimando as suas políticas e valores conservadores. Essa aliança

permitiu que o Estado Novo consolidasse o seu poder, enquanto a Igreja ampliava a sua influência em áreas cruciais da vida nacional. Simpson reforça a importância da Concordata de 1940, visto que a mesma regulamentou as relações entre o Estado português e o Vaticano.

Fernando Rosas (2019), em *Salazar e os Fascismos*, apresenta uma perspectiva mais crítica sobre a relação entre a Igreja e o Estado Novo, argumentando que esta se submeteu ao regime em troca de privilégios. Rosas destaca ainda o papel da Igreja na propaganda e na repressão da oposição, argumentando que a Igreja foi cúmplice do regime autoritário.

Valentim Alexandre (2006), em *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*, explora as ligações entre Salazar e a Igreja, argumentando que o ditador instrumentalizou a religião para os seus fins políticos. Alexandre destaca a influência do catolicismo na formação de Salazar e na ideologia do Estado Novo, argumentando que o regime se baseava numa visão nacionalista e católica de Portugal. No entanto, esta aliança estratégica não significava que o regime abdicasse do seu poder de controlo. Pelo contrário, é crucial destacar que o regime salazarista mantinha um firme controlo sobre as instituições religiosas e a sua atuação na sociedade. Através de mecanismos de fiscalização, o Estado Novo assegurava que a Igreja não extrapolasse os limites da sua influência e se mantivesse alinhada com os interesses do regime. Essa fiscalização estendia-se a diversas áreas, desde a nomeação de bispos (Cruz 1997) e a aprovação de publicações religiosas até à gestão das escolas católicas (Rosas & Serrão 1992) e à participação do clero em organizações sociais e políticas. Um exemplo paradigmático desta colaboração vigiada foi a criação da Ação Católica Portuguesa em 1933. Impulsionada pelo Cardeal Cerejeira por iniciativa do Papa Pio XI, a organização visava enquadrar os leigos em alinhamento com a doutrina social da Igreja, mas o regime manteve-a sempre sob vigilância para que não se tornasse um foco de poder autónomo. Deste modo, O Estado Novo, embora se apresentasse como defensor dos valores católicos, não abdicava do seu poder e controlo sobre a Igreja, garantindo que esta não constituísse uma ameaça à sua autoridade (Pintassilgo 2010)

### **2.3 A Igreja Católica e o Franquismo em Espanha**

A relação entre a Igreja Católica e o Franquismo em Espanha foi ainda mais profunda e intrincada do que a observada em Portugal. O regime franquista, nascido de um golpe militar que contou com o apoio explícito da

Igreja, construiu uma identidade nacional fortemente alicerçada nos valores católicos. A Igreja, por sua vez, beneficiou de privilégios e influência política durante o regime, mas também enfrentou dilemas e contradições.

A estreita colaboração entre a Igreja e o Franquismo foi crucial para a legitimação ideológica do regime. A fusão entre o nacionalismo espanhol e a fé católica, frequentemente designada por “nacional-catolicismo”, criou uma ideologia que sustentava o regime e excluía as minorias religiosas e políticas. Essa ideologia promovia uma visão homogênea da sociedade espanhola, na qual a identidade nacional estava intrinsecamente ligada à religião católica, legitimando a repressão e a discriminação contra aqueles que não se encaixavam nesse modelo.

Casanova (2022), em *La Iglesia de Franco*, examina a relação entre a Igreja e o Franquismo a partir de uma perspectiva histórica, mostrando como esta se adaptou e se beneficiou do regime. Casanova destaca a importância do clero na propaganda e na repressão franquista, mas também identifica vozes dissidentes dentro da Igreja que se opuseram à violência e à ditadura.

Payne (1987), em *O Regime de Franco*, analisa o papel da Igreja no contexto do autoritarismo espanhol, argumentando que a Igreja foi um pilar do regime franquista, com destaque para a sua influência na educação, na cultura e na vida social, argumentando que o Franquismo criou uma sociedade profundamente católica e conservadora.

### **3. Os dois lados da Igreja Católica**

#### **3.1 Resistência e oposição da Igreja aos regimes**

Apesar da colaboração entre a Igreja Católica e os regimes ditatoriais do Estado Novo e do Franquismo, existiram também vozes e movimentos de resistência dentro da Igreja que se opuseram à repressão e às violações dos direitos humanos. Essas vozes, embora muitas vezes silenciadas ou marginalizadas, demonstram a complexidade da relação entre a Igreja e os regimes autoritários, e revelam a diversidade de posições e atitudes dentro da própria Igreja.

Em Portugal, a resistência da Igreja ao Estado Novo manifestou-se de diversas formas, desde a crítica à censura e à falta de liberdade de expressão até ao apoio a movimentos de oposição e à denúncia de violações dos direitos humanos. Rosas (2019) destaca o papel de alguns bispos e padres na defesa dos presos políticos e na denúncia da violência do regime. Cruz

(1998) analisa as tensões entre a Igreja e o Estado Novo, mostrando como alguns setores da Igreja se opuseram às políticas do regime em áreas como a educação e a cultura. Apontam-se como exemplos o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que em 1958 escreveu a célebre *Carta a Salazar* (Gomes 1958), na qual denunciava a situação social e política do país, o que lhe valeu o exílio, ou o Padre Abel Varzim, que utilizou a sua posição para proteger opositores do regime e denunciar a tortura (Anjos 2014), são exemplos de resistência individual dentro da Igreja. Estes casos, embora não representativos da postura em geral da instituição, ilustram a existência de vozes corajosas que, mesmo sob risco, defenderam os direitos humanos e se opuseram à opressão do Estado Novo.

De forma paralela, em Espanha, a resistência da Igreja ao Franquismo foi mais visível e organizada, especialmente a partir da década de 1960. O surgimento de uma “teologia da libertação” em Espanha, influenciada pelas lutas sociais na América Latina, que defendia a opção preferencial pelos pobres e oprimidos e denunciava a colaboração da Igreja com o regime é disso exemplo. Casanova (2022), em *La Iglesia de Franco*, destaca o papel de alguns padres e bispos na defesa dos direitos humanos e na luta contra a ditadura, arriscando a sua liberdade e a sua vida. Tal foi o caso do Cardeal Enrique y Tarancón, que, embora inicialmente nomeado por Franco, gradualmente se tornou um defensor da transição democrática e da reconciliação nacional, desempenhando um papel crucial no período pós-Franquismo (Montero & Sánchez 2021). Padres e comunidades católicas, como a de Vallecas, em Madrid, envolveram-se ativamente em movimentos operários e na defesa dos direitos dos trabalhadores, muitas vezes a sofrer repressão por parte das autoridades. A própria “Igreja Operária” e organizações como a HOAC (Hermandad Obrera de Acción Católica) foram importantes veículos de resistência e denúncia das injustiças sociais do regime Franquista.

A resistência católica ao autoritarismo manifestou-se de diversas formas: através da denúncia pública das violações dos direitos humanos, do apoio a movimentos de oposição, da proteção a perseguidos políticos e da promoção de uma cultura de resistência nas comunidades cristãs. A influência do Concílio Vaticano II, com a sua ênfase na dignidade humana e na liberdade religiosa, desempenhou um papel importante no crescimento dessa resistência interna. Um exemplo disso seria o que está escrito no documento *Lumen gentium*, no seu capítulo II, artigo 15, em que a Igreja reconhece e valoriza os laços que unem a Igreja Católica aos cristãos de outras denominações, destacando a fé compartilhada em Deus e Cristo, e

incentivando a busca pela unidade entre todos os cristãos (Concílio Vaticano II 1964).

#### **4. A Igreja e a Cultura**

A influência da Igreja Católica na cultura durante os regimes do Estado Novo e do Franquismo estendeu-se a diversas áreas, como a literatura, o cinema, a música e as artes plásticas. A Igreja, enquanto instituição com forte poder cultural e moral, exerceu um papel ambivalente, ora colaborando com os regimes na promoção de uma cultura conservadora e nacionalista, ora resistindo à censura e defendendo a liberdade de expressão artística.

Em Portugal, a censura era uma ferramenta controlada diretamente pelo regime do Estado Novo, que a operacionalizava através de organismos como o Secretariado Nacional de Informação (SNI). Contudo, a atuação destes censores era profundamente influenciada pela moral católica, que fornecia a base ideológica para reprimir obras consideradas imorais ou subversivas. A igreja, por sua vez, promovia ativamente uma cultura que refletia os seus valores tradicionais (Cruz 1998), visão essa que era disseminada pelo regime através de instituições de enquadramento social como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa (Pinto 2000).

Em Espanha, a Igreja teve um papel ainda mais central no controlo da cultura durante o Franquismo. O regime promoveu uma cultura nacional-católica, que exaltava os valores tradicionais e religiosos, e censurou qualquer forma de expressão artística que considerava “degenerada” ou “subversiva”. Casanova detalha o papel central da Igreja na definição e imposição da cultura nacional-católica e na censura durante o Franquismo (Casanova 2001). No entanto, também em Espanha surgiram artistas e intelectuais católicos que resistiram à censura e produziram obras críticas do regime. Figuras como o filósofo José Aranguren, cuja obra *Ética y política* (1963) desafiava a moralidade do regime, Pedro Entralgo, que em *España como problema* (1949) questionou a visão nacionalista triunfante, ou poetas como Blas de Otero com o seu *Pido la paz y la palabra* (1955) e Gabriel Celaya em *Cantos iberos* (1975), são exemplos notáveis dessa dissidência.

A literatura, sob a influência da Igreja e dos regimes autoritários, viu-se enredada num jogo de censura e promoção. Obras consideradas “imorais” ou “subversivas” enfrentaram a repressão, como aconteceu com autores como Aquilino Ribeiro, em Portugal (Régio 1984), e Federico García Lorca na Espanha franquista. Por outro lado, a Igreja promoveu ativamente autores e

obras que se alinhavam com os valores tradicionais e católicos, como António Sardinha, em Portugal, e José María Pemán, em Espanha, cujas narrativas refletem a doutrina social da Igreja e a ideologia nacionalista.

A sétima arte também não escapou à influência da Igreja e dos regimes autoritários. Por um lado, o poder político beneficiava de filmes que refletiam os seus valores. Em Portugal, o sucesso de filmes como *A canção de Lisboa* (1933) serviu de modelo para a comédia à portuguesa, embora não fosse propaganda direta, este género veiculava uma visão leve, tradicional e apolítica da sociedade, perfeitamente alinhada com a ideologia do Estado Novo. Em contraste, na Espanha franquista, obras como *Raza* (1942a), com argumento do próprio Franco, funcionavam como instrumento de propaganda explícito do regime. Por outro lado, filmes que desafiavam a narrativa oficial enfrentavam dificuldades. Em Espanha, o caso mais famoso foi o de *Viradinha* (1966), de Luis Buñel, que foi totalmente proibido. Já em Portugal, um exemplo do confronto com a ideologia do regime foi *Aniki-Bobó* (1942b), de Manoel de Oliveira. Embora o filme não tenha sido formalmente proibido, a sua abordagem neorrealista à pobreza infantil colidiu de tal forma com a imagem idealizada do país que foi recebido com grande hostilidade pela crítica e fracassou comercialmente na sua estreia.

A música, como forma de expressão artística e veículo de mensagens, não ficou imune à influência da Igreja durante os regimes autoritários. A música sacra e a música tradicional, consideradas expressões da alma portuguesa e espanhola, foram ativamente promovidas e incentivadas, com a Igreja a desempenhar um papel importante na formação de coros e orquestras (Cruz 1998). Essa promoção visava reforçar os valores religiosos e culturais que sustentavam os regimes. Por outro lado, a música que expressava ideias “subversivas” ou “imorais” que questionavam a ordem estabelecida ou se desviavam dos padrões morais da Igreja, foi alvo de censura e repressão. Em Portugal, os cantores de intervenção como José Afonso e Adriano Correia de Oliveira tiveram inúmeras canções proibidas na rádio, sendo *Grândola, Vila Morena* (Afonso 1971) o exemplo mais icónico de uma canção de resistência que conseguiu iludir a censura. Em Espanha, o regime franquista perseguiu os cantautores, especialmente os que cantavam em línguas regionais, como o catalão Lluís Llach, cuja canção *L'Estaca* (Llach 1969) se tornou um hino internacional da luta contra a ditadura.

As artes plásticas também foram um campo de batalha ideológico. Os regimes promoveram uma arte monumental, de estilo classicista e nacionalista, que exaltava a história e a identidade católica. Em Portugal, o

exemplo máximo desta estética foi a Exposição do Mundo Português (1940), um evento de glorificação do passado histórico e colonial. Em Espanha, o expoente arquitetónico desta visão é o Vale de los Caídos, atualmente chamado de Vale de Cuelgamuros, um mausoléu monumental construído para celebrar a vitória franquista. Em contrapartida, as correntes de arte moderna, como o surrealismo ou o abstracionismo, foram marginalizadas e consideradas degeneradas. Em Portugal, artistas ligados ao neorrealismo, como Júlio Pomar, foram perseguidos e presos pela sua militância e por criarem arte que denunciava a realidade social do país. Em Espanha, grupos de vanguarda como El Paso, e artistas como Antoni Tàpies, usaram o abstracionismo e o informalismo como uma forma de resistência silenciosa e de rutura com a estética oficial do regime.

#### **4.1 Influência da Igreja nas dinâmicas de expansão e contacto intercultural**

A Igreja Católica desempenhou um papel complexo e multifacetado nas dinâmicas de expansão e contacto intercultural em Portugal durante o Estado Novo. Por um lado, a Igreja justificou e apoiou as políticas coloniais do regime, apresentando-as frequentemente como uma missão “civilizadora” e evangelizadora. Esta postura pode ser entendida como uma extensão do papel histórico da Igreja no projeto ultramarino português, embora com especificidades no contexto do século XX (Marques 1998). A missão “civilizadora” que a Igreja Católica abraçou durante o Estado Novo estava intrinsecamente ligada à expansão do cristianismo e à influência portuguesa nas colónias. Isso manifestou-se através da gestão de escolas, hospitais e missões, contribuindo para a difusão da língua e da cultura portuguesa. Autores, como Manuel Braga da Cruz, exploram como a Igreja, através destas instituições, colaborou na construção da hegemonia cultural do regime (Cruz 1998). A Concordata de 1940, que estabeleceu o quadro legal das relações entre a Igreja e o Estado, também reforçou o papel da Igreja na educação e na moralidade públicas, áreas cruciais para a “missão civilizadora” (Simpson 2014).

No entanto, a participação da Igreja no projeto colonial português durante o Estado Novo foi complexa e permeada por contradições. Se, por um lado, legitimava o poder colonial, por outro, em alguns contextos e através de alguns agentes, a Igreja também contribuiu para a preservação e promoção de algumas culturas e línguas locais, e nem sempre se alinou

completamente com as políticas assimilacionistas do regime. Em Angola e Moçambique, por exemplo, embora o objetivo principal fosse a evangelização e a difusão da cultura portuguesa, missionários frequentemente aprendiam e utilizavam línguas locais para comunicar com as comunidades, traduzindo textos religiosos e utilizando-as no ensino catequético inicial. Esta prática, embora inserida num projeto de conservação, contribuiu para a preservação e documentação de algumas línguas. Além disso, em algumas situações, a Igreja adaptou práticas religiosas, incorporando elementos culturais locais para facilitar a aceitação do cristianismo, demonstrando uma acomodação, ainda que limitada, de certas tradições culturais (Pereira 2000; Chicumba 2019).

Em Espanha, a Igreja também esteve fortemente ligada à expansão colonial, desde a Reconquista e a descoberta da América. Durante o Franquismo, a Igreja apoiou a ideologia da “Hispanidad”, que promovia a unidade e a superioridade da cultura espanhola. Historiadores como Stanley G. Payne, em *Franco and Hitler: Spain, Germany, and World War II* (2009), analisam como a ideologia da “Hispanidad” foi utilizada pelo regime Franquista para construir uma identidade nacional e legitimar o seu poder, com o apoio da Igreja. A Igreja geriu missões e escolas nas colónias, contribuindo para a difusão do catolicismo e da língua espanhola. Estudos sobre história da Igreja na América Latina, como os de Sabine MacCormack, exploram o papel da Igreja na evangelização e na imposição da cultura espanhola, bem como as complexidades e adaptações resultantes do encontro com as culturas andinas (MacCormack 1993). No entanto, a Igreja também desempenhou um papel na defesa dos povos indígenas e na preservação das suas culturas. Apesar de muito anterior ao regime franquista, a figura de Frei Bartolomé de las Casas é um exemplo fundamental desta tradição de crítica interna. Como frade dominicano e bispo no século XVI, Las Casas denunciou vigorosamente as atrocidades da colonização e defendeu os direitos dos povos indígenas, nomeadamente na sua famosa obra *Brevíssima Relação da Destruição das Índias* (Casas 1992) essa tradição de defesa, embora com nuances, persistiu em diferentes momentos da história.

A influência da Igreja nas dinâmicas de expansão e contacto intercultural foi, portanto, complexa e contraditória. A Igreja contribuiu para a difusão da cultura e da religião dos colonizadores, mas também desempenhou um papel na preservação e promoção das culturas e línguas locais. A Igreja atuou como um intermediário entre os colonizadores e os colonizados, e nem sempre se alinhou com as políticas assimilacionistas dos regimes.

## **5. A Igreja e a Educação**

A Igreja Católica desempenhou um papel central na educação durante os regimes do Estado Novo em Portugal e do Franquismo em Espanha. Através do controlo de escolas, universidades e outras instituições de ensino, a Igreja influenciou a formação de gerações, transmitindo valores e ideologias que sustentavam os regimes autoritários (Rosas & Serrão 1992). No entanto, a relação entre a Igreja e a educação nestes contextos também foi marcada por tensões e resistências.

Em Portugal, a Igreja Católica beneficiou da Concordata de 1940, que lhe concedeu ampla influência no sistema educativo. Conter a opção de ensino religioso tornou-se obrigatório nas escolas públicas, e a Igreja passou a controlar uma parte significativa do ensino privado (Marques 1998). A Igreja utilizou a educação como instrumento de doutrinação e promoção dos valores tradicionais e católicos, alinhando-se com a ideologia do Estado Novo (Rosas 2019). No entanto, alguns setores da Igreja defenderam uma educação mais aberta e pluralista, e resistiram às tentativas de controlo ideológico por parte do regime (Cruz 1998). Bons exemplos encontram-se em movimentos de Ação Católica, como a Juventude Universitária Católica, que a partir do final dos anos 50 se tornou um polo de contestação, e em publicações como a revista *O Tempo e o Modo*, que a partir de 1963 abriu um espaço de diálogo crucial entre católicos e não católicos.

Em Espanha, a Igreja teve um papel ainda mais dominante na educação durante o Franquismo. O regime implementou um sistema educativo nacional-católico, que visava formar cidadãos bons cristãos e bons patriotas. A Igreja controlou as escolas, as universidades e os currículos, e promoveu uma educação que reforçava os valores tradicionais, a obediência ao regime e a fé católica (Casanova 2001). A repressão e a censura foram uma constante no sistema educativo franquista, e muitos professores e estudantes foram perseguidos por defenderem ideias contrárias ao regime (Payne 1987). No entanto, também em Espanha surgiram movimentos de resistência dentro da Igreja e da comunidade educativa. Exemplos disso incluem os Movimentos de Renovação Pedagógica, que procuravam aplicar clandestinamente métodos de ensino progressistas, a criação de escolas informais em bairros operários por padres operários e comunidades cristãs de base, que alinhavam a alfabetização à consciência social, e a fundação das *ikastolas* no País Basco, escolas que ensinavam na língua basca (proibido pelo regime) e que muitas vezes contaram com o apoio e a proteção de paróquias locais.

### **Considerações finais**

A análise comparativa do papel da Igreja Católica nos regimes do Estado Novo em Portugal e do Franquismo em Espanha revela a complexidade e a ambivalência da relação entre Igreja e o poder político em contextos autoritários do século XX. A Igreja, enquanto instituição com forte influência social e moral, foi instrumentalizada pelos regimes para legitimar o seu poder e construir uma identidade nacional baseada em valores tradicionais e cristãos, tendo também se deixado instrumentalizar para atingir os seus propósitos.

No entanto, a relação não foi isenta de tensões e contradições. A igreja, embora tenha colaborado com os regimes em muitos aspetos, também apresentou formas de resistência e oposição, especialmente em relação à repressão e às violações dos direitos humanos. A análise das estratégias de colaboração e resistência da Igreja em cada contexto nacional revela as especificidades históricas e culturais de Portugal e Espanha, bem como as dinâmicas de poder e as tensões entre a Igreja e o Estado.

A comparação entre os dois casos permite identificar semelhanças e diferenças nas estratégias e no posicionamento da Igreja face aos regimes. Em ambos os países, a Igreja desempenhou um papel crucial na legitimação do poder político e na construção de um conceito muito próprio de identidade nacional, mas as formas de colaboração e resistência variam em função das especificidades de cada contexto.

Em suma, a análise comparativa da relação entre Igreja Católica e as ditaduras ibéricas revela uma instituição de duas faces. Se por um lado foi um pilar essencial que forneceu legitimação moral e um enquadramento ideológico conservador aos regimes, por outro, nunca foi um bloco monolítico e dócil. A colaboração em Espanha assumiu a forma de um nacional-catolicismo, enquanto em Portugal se materializou numa simbiose estratégica rigorosamente vigiada pelo Estado. Contudo, em ambos os cenários, esta aliança com o poder não impediu o surgimento de focos de resistência internos, desde bispos dissidentes a movimentos e publicações críticas, que se intensificaram com o tempo. Conclui-se, assim, que a Igreja funcionou simultaneamente como um instrumento do poder e como um espaço onde germinaram algumas das contradições que levariam ao fim das próprias ditaduras, demonstrando a sua complexa e incontornável centralidade na história contemporânea de Portugal e Espanha.

## Referências bibliográficas

- Afonso, José. 1971. *Grândola, Vila Morena*. <https://open.spotify.com/intl-pt/track/0RIyZ50E4Y34Cn8vbuybCg>.
- Alexandre, Valentim. 2006. *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*. Dom Quixote.
- Anjos, Anselmo. 2014. *O Padre Abel Varzim e o Sacerdócio Ministerial no contexto da “Procissão dos Passos – Uma vivência no Bairro Alto.”* Porto: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade De Teologia Dissertação.
- Aranguren, Jose. 1963. *Ética y política*. Ediciones Guadarrama.
- Casanova, Julián. 2001. *La Iglesia De Franco*. Titivillus.
- Casas, Bartolome. 1992. *Brevisima Relacion De La Destruccion De Las Indias*. Madrid: Tecnos Editorial S A.
- Celaya, Gabriel. 1975. *Cantos iberos*. Madrid: Turner, 1975, Madrid.
- Chicumba, Mateus. 2019. *A Educação Bilingue em Angola e o Lugar Das Línguas Nacionais*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras Tese.
- Concílio Vaticano II. 1964. Lumen gentium. Vaticano. [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html).
- Cruz, Manuel Braga. 1997. As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940. *Análise Social*. Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa 32(143/144). 815–845. <https://www.jstor.org/stable/41011290>.
- Cruz, Manuel Braga. 1998. *A Igreja e o Estado Novo*. Bizâncio.
- Entralgo, Pedro. 1949. *España como problema*. Seminario de Problemas HispanoAmericanos. Madrid: Marqués del Riscal.
- Gomes, AntónioCarta. 1958. Pró-Memoria (Carta a Salazar). Carta. <https://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaSalazar.pdf>.
- Houtart, Francois. 2006. *Sociologia da Religião*. 1st edn. Ática.
- Llach, Lluís. 1969. *L'estaca*. <https://open.spotify.com/intl-pt/track/6V6p3kX685TIL51aeSgzpa>.
- MacCormack, Sabine. 1993. *Religion in the Andes: Vision and Imagination in Early Colonial Peru*. Revised edition. Princeton, N.J: Princeton University Press.
- Marques, António. 1998. *Historia de Portugal*. Vol. III. Editorial Presença.
- Meneses, Filipe. 2011. *Biografia definitiva Salazar*. Leya.
- Montero, Ana Maria & Manuel Sánchez Sánchez. 2021. Os conflitos Igreja-Estado na transição democrática espanhola. *HORIZONTE - Revista de Estudos*

de Teologia e Ciências da Religião 271–271. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2021v19n58p271>.

Otero. 1955. *Pido la paz y la palabra*. Torrelavega: Cantalapiedra.

Payne, Stanley G. 1987. *The Franco Regime, 1936–1975*. First Edition. Madison: University of Wisconsin Press.

Payne, Stanley G. 2009. *Franco and Hitler: Spain, Germany, and World War II*. Yale University Press.

Pereira, Zélia. 2000. Os jesuítas em Moçambique. Aspectos da acção missionária portuguesa em contexto colonial (1941-1974). *Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de ciências sociais e humanas*. Persée - Portail des revues scientifiques en SHS (7). 81–105.

Pérez, Rafael Gómez. 1986. *El franquismo y la Iglesia*. 1ª edição. Madrid: Ediciones Rialp, S.A.

Pintassilgo, Joaquim. 2010. Igreja, Estado e Família no debate sobre o ensino particular em Portugal (meados do século XX). *Estado, Igreja e Educação. O mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX*. Editora Alínea 181–198. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/8312>.

Pinto, António. 2000. O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social* XXXV. 22.

Régio, José. 1984. *As Raízes do Futuro de*. Educação Nacional.

Rosas, Fernando. 2019. *Salazar e os Fascismos*. Tinta da China.

Rosas, Fernando & Joel Serrão. 1992. *Portugal e o Estado Novo*. Vol. XII. Editorial Presença.

Simpson, Duncan. 2014. *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Edições 70.

Suñer, Hilari Ragner. 2017. *La pólvora y el incienso: La Iglesia y la Guerra Civil española*. ebook. Barcelona: Planeta.

Tusell, Javier. 1999. *Historia de España en el siglo XX - 3: La dictadura de Franco*. Madrid: TAURUS.

1933. *A Canção de Lisboa*. FilmeComedy, Musical. Tobis Portuguesa.

1942a. *Raza*. FilmeBiography, Drama, History. Cancilleria del Consejo de la Hispanidad.

1942b. *Aniki Bóbo*. Drama, Família. Produções António Lopes Ribeiro.

1966. *Viridiana*. Drama. Unión Industrial Cinematográfica (UNINCI), Producciones Gustavo Alatríste, Films 59.